»Entrevista | **CHARLES TANG** | PRESIDENTE DA CCIBC

Acordo Mercosul-UE atrai empresários chineses

Vinda de executivos ao Brasil cresceu 70% e deve avançar nos próximos quatro anos

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Divulgação/Câmara de Comércio e Indústria Brasil China



O número de turistas de negócios chineses no Brasil deu um salto de 70% em comparação com o ano passado, segundo levantamento da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp), validado pelo Ministério do Turismo.

Para o presidente binacional da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC), Charles Tang, esse movimento de empresários chineses é explicado pelo fato de os orientais enxergarem o Brasil como uma possibilidade de acesso a mercados europeus por meio do acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).

"Isso tornou o Brasil ainda mais atrativo", disse Tang, ao comentar o interesse de empresários chineses em produzir no Brasil para exportar seus produtos à UE com redução de até 90% das tarifas.

Em entrevista ao ***Correio****, Tang afirmou que os empresários da China também estão de olho no agronegócio, nos minerais críticos e nos data centers brasileiros. Ele fala ainda sobre as linhas de financiamento de bancos chineses para importadores brasileiros e projeta que o fluxo de executivos continuará crescendo nos próximos quatro anos. Confira os principais trechos da entrevista:*

A CCIBC acompanha o aumento de executivos chineses que vêm ao Brasil desde o ano passado?

Acompanhamos bastante, porque a Câmara traz muitos investimentos chineses para o Brasil e ajuda muitos brasileiros a ir à China, conhecer o país e comprar produtos lá. Também conseguimos para as empresas brasileiras financiamento de bancos de fomento do governo chinês, com linhas para quem importa da China a 3% ao ano, com três anos de carência e cinco para pagar. Quando falo isso, o brasileiro acha que são 3% ao mês, porque a nossa realidade de juros é outra.

O que explica esse salto de visitantes de negócios?

Nas palestras que faço para grupos empresariais na China, sempre digo que, se vierem montar uma indústria aqui, não estarão mirando só o mercado brasileiro, mas o dos cinco países do Mercosul. E, desde que o Mercosul assinou o acordo com a Europa, que pode baixar em até 90% as tarifas, eles passam a ter acesso também ao mercado europeu. Isso torna o Brasil muito atrativo.

Ou seja, se a China fabricar no Brasil, os produtos serão brasileiros e poderão se beneficiar do acordo?

Isso. A necessidade de montar no Brasil traz muitos chineses que querem instalar fábricas aqui para abastecer os mercados brasileiro, americano e europeu. Com o acordo, cada vez mais empresas vão querer montar fábricas no Brasil.

Quais setores mais chamam a atenção desses empresários?

Todos. Há as fábricas de montagem, a mineração, que é muito importante, e o agronegócio. A excelência da agricultura fez do Brasil o celeiro do mundo, e o Brasil ajuda a garantir a segurança alimentar do povo chinês. Os chineses querem entrar cada vez mais também no setor agrícola. O Brasil, além disso, garante os minérios estratégicos necessários para o avanço tecnológico e industrial da China. Esse casamento entre os dois gigantes é muito benéfico para ambos.

E os data centers? Neste ano foi sancionada a Lei do Redata, que criou um regime fiscal específico para esses investimentos.

O líder mundial em data centers não são os Estados Unidos, é a China. Acho que a China vai ajudar o Brasil a crescer muito.

Qual é o perfil desse visitante? Quanto tempo ele fica no país?

Normalmente vem mais de uma pessoa e elas ficam o tempo necessário para fazer as análises de mercado e os negócios. Fazemos muitos grupos de empresas chinesas que vêm vender transformadores, fios, cabos e equipamentos de distribuição de energia elétrica ou que vêm comprar algodão, soja e açúcar. Há também as que vêm vender equipamentos industriais e instalar fábricas de automóveis, ônibus e caminhões. Estou trazendo um caminhão da China que puxa 40 toneladas e tem autonomia de 450 km. Vai ser um sucesso nas estradas brasileiras, principalmente com o preço atual da gasolina e do diesel.

Como a China enxerga o Brasil em infraestrutura e tecnologia?

A China investe em infraestrutura, e nenhum país cresce sem ela. A ferrovia São Paulo–Campinas é um pequeno exemplo. A ferrovia bioceânica, já assinada, vai dar um empurrão gigantesco na economia, e há ainda a ponte Salvador–Itaparica. A China também é o país que está trazendo novas tecnologias para o Brasil, como a Huawei fez com o 5G e, hoje, as montadoras de automóveis. O importante é que essas tecnologias ficam no Brasil: os engenheiros e os operários que trabalham nessas fábricas são brasileiros e absorvem esse conhecimento.

Qual a expectativa para os próximos anos na vinda de empresários chineses ao Brasil?

Esse turismo de negócios só tende a aumentar, pelo menos pelos próximos quatro anos. Com o crescimento do fluxo, a oferta de voos entre Brasil e China também cresce. Hoje já há vários voos praticamente diretos: o da China faz uma parada de duas horas em Madri (Espanha) para reabastecer, e o da Etiópia para em Adis Abeba (capital da Etiópia). Com mais turismo comum e empresarial, vai ter que haver mais voos.

ADEMI DF
Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Informativo do mercado imobiliário — Brasília-DF, 22/11/2026

Delegação empresarial da ADEMI DF conhece tecnologias de construção industrializada em visita à estatal chinesa CITIC

A possibilidade de produzir componentes de edifícios em fábricas e levá-los praticamente prontos para a montagem nos canteiros de obras foi um dos principais temas da agenda organizada pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF), em parceria com do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), na China. A programação teve início na terça-feira (17), com visita ao CITIC, um dos maiores grupos empresariais estatais chineses, com atuação em diferentes setores da economia, entre eles construção civil e infraestrutura.

Durante o encontro, os empresários conheceram os métodos construtivos utilizados pela CITIC Construction, braço de engenharia do grupo, com destaque para os sistemas de construção industrializada. Foram apresentados modelos que utilizam estruturas pré-fabricadas de concreto armado, sistemas mistos de aço e madeira e módulos do tipo contêiner, produzidos em unidades industriais e posteriormente transportados para montagem nos locais das obras.

A experiência chamou a atenção dos representantes brasileiros pelas diferenças em relação aos métodos predominantes no país. Em vez de concentrar grande parte das atividades diretamente nos canteiros, o modelo chinês transfere etapas importantes da construção para ambientes industriais, onde os componentes são fabricados em escala, com processos padronizados e maior controle de qualidade. Na obra, o trabalho passa a ser concentrado principalmente na montagem das estruturas.

"É uma realidade bastante diferente da que temos no Brasil. Na China, grande parte da construção acontece dentro das fábricas, com os componentes produzidos em escala e levados para montagem nas obras. Isso reduz a necessidade de mão de obra no canteiro e pode representar ganhos importantes de produtividade e custos. Mas para isso, exige uma grande logística. Precisamos entender como esses sistemas funcionam e avaliar o que pode ser adaptado às condições do nosso mercado", afirma Fracon Júnior.

A visita marca o início de uma agenda de aproximação entre os empresários brasileiros e empresas chinesas que atuam na modernização da incorporação imobiliária e da construção civil. A expectativa é identificar soluções que possam contribuir para tornar o setor mais produtivo, eficiente e competitivo no Distrito Federal.



SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Sem margem para enrolar

Lula tem consciência de que teve uma vitória apertada, depois de sair atrás do adversário na votação em primeiro turno, assim como sabe que o nível da atividade econômica está bastante frágil, ainda que disfarçado pelo emprego recorde e com a renda defendida até agora pela inflação baixa, embora acima do centro da meta (3%) perseguida pelo Banco Central ao fixar a taxa Selic (estacionada em 13,75%, vinda de 15%, seu último pico).

O que o comprime na mesa das muitas decisões é menos o que fazer e mais como fazer. Como está no cargo, a transição é imediata: ninguém espera a posse, em 5 de janeiro, para conhecer as mudanças.

Não há dúvida de que Lula apoia a contenção da despesa federal. A questão é o ritmo de progressão da lei orçamentária anual (LOA). A reunião com ministros da área econômica e economistas próximos ao PT na semana anterior ao seu giro internacional teve o objetivo de ajudá-lo a se decidir pelo plano de ajuste aprovado pelo Senado e posto para votação nesta semana na Câmara. Não é o plano para o quarto mandato, apenas a preliminar para aprovar a LOA de 2027.

A forma e o jeito de firmar o plano de voo para frente, definindo, com isso, o perfil dos ocupantes dos três principais ministérios da área econômica (Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento), é o que ocupa agora o seu tempo. É a parte mais delicada da equação para 2027 a 2030, sobretudo pela pressão do mercado financeiro para os parâmetros da atual gestão monetária serem mantidos. A depreciação gigante do real esta semana, fechando a R$ 5,93, é parte do show.

Não há demora para o anúncio da equipe econômica. Há, sim, pouca sintonia entre os nomes postos e suas diretrizes para a política econômica: preservar os programas sociais, assegurar ganhos reais do salário mínimo, reduzir os juros sem canetada e ampliar o investimento produtivo.

Tais condições não são impossíveis, mas requerem uma sofisticação técnica e política que faltou ao governo nos últimos quatro anos.

Lara Resende deve ser ouvido

O que falta para o governo e a atual legislatura concluírem seus mandatos é votar a LOA de 2027, com a despesa meio empatada com a expectativa de receita. O plano do ministro do Planejamento, Bruno Moretti, puxado por maior carga tributária ao excluir ou postergar benefícios de alguns setores empresariais, é, espera-se, o último dos ajustes ditados por aumento da arrecadação. Pode ter mais.

A nota positiva foi a oposição parlamentar, que será muito maior na próxima legislatura, concordar com os termos do plano e dar até votos para sua aprovação. A divergência conceitual foi com o ritmo da progressão da despesa. Moretti propôs 2,5%, podendo baixar para 2%, quando serão contingenciados os gastos que furem a meta. Líder da oposição, o senador Rogério Marinho (PL-RN) propôs 0,6%, o teto para o déficit primário não alargar a dívida bruta (83,5% do PIB).

A divergência sobre o ritmo, não sobre o conteúdo do plano, foi um bom sinal. Significa maior compreensão do nó fiscal, com as partes buscando evitar agravar a recessão desenhada para 2027.

Com os juros que aí estão, tanto os que oneram a dívida pública quanto os que exaurem o orçamento das pessoas, não será o quarto mandato de Lula que estará condenado, será a paz social. Sem pôr algo diferente na equação, parece contratada uma crise de crédito já no próximo semestre, agravada pela extensão da moratória branca dos pagamentos pelo setor agrícola e de famílias na informalidade.

São alentadores, neste sentido, os artigos do economista André Lara Resende, indicando que ajustes fiscais dissociados da redução dos juros são inexequíveis para a normalidade econômica. Ele foi recebido a pedradas, o que serviu para reforçar a importância de seu alerta, ainda que as propostas possam ser mais refinadas.

Mistérios da Selic obesa

Não há como omitir o problema dos juros nem deixá-lo de lado sob o argumento de que seu excesso seria sequela do laxismo dos gastos públicos. Corrija-se esse, que o outro se corrige automaticamente.

Isso é falso. O país é líder em pagamento de juros sobre a dívida pública, 8,28% do PIB, segundo medição em mais de 150 países do FMI. "Isso é insustentável e um dos principais motivos pelos quais o 'Lula 4.0' será um período bastante difícil para os mercados", diz JP Spinetto, articulista de América Latina da Bloomberg.

No índice de miséria calculado pela equipe do professor Steve H. Hanke, da Johns Hopkins University, em 178 países, o Brasil ocupa o 19º lugar no mundo, pior que Ucrânia (21º), e o 4º na América Latina, depois de Venezuela, Argentina e Haiti. O índice soma desemprego com peso dobrado, inflação e juros dos empréstimos e desconta o crescimento real do PIB per capita.

Ouvida pelo *Valor*, a Febraban admitiu que os juros precisam ser reduzidos. "Mas isso não depende de um ato voluntário dos bancos", afirmou. "Esse é um problema histórico. O juro alto para o tomador de empréstimo tem causas estruturais que devem ser compreendidas para que possam ser atacadas também de forma estrutural." O BC também foi procurado, mas não se manifestou.

Admitir o problema já é um começo. O capítulo seguinte implica explicar por que a Selic está em 13,75%, quando um exercício de paridade aponta 8,36%, com inflação esperada de 5%, ou 6,36%, com inflação de 3%, mantidas as demais premissas. Pelo cálculo aproximado de neutralidade, seriam 7,75% com inflação na meta.

A jabuticaba do overnight

Muito mais poderia escrever, e vou em outros artigos. Por ora, é suficiente dizer que a taxa livre de risco, mantida artificialmente ou defensivamente em 13,75%, e não 7,75%, eleva o custo da dívida corporativa, da ordem de 15% a 16% e 24% a 25% ao ano, para empresas de primeira linha e médias empresas, respectivamente.

Esse é nosso principal dilema macroeconômico desde o Plano Real, quando o país trocou a hiperinflação crônica por um equilíbrio de juros reais estruturalmente elevados que funciona como um freio de mão puxado sobre o investimento produtivo e o crescimento.

A sequência do que fazer importa tanto quanto as medidas. Começa com dinâmica apertada dos gastos públicos para o governo recuperar autoridade política e técnica. Essa é a condição para reformar por meio do CMN a arquitetura monetária e do crédito visando desmontar gradualmente a jabuticaba do overnight super-remunerado.

Essa é a engenharia institucional que define o perfil do que Lula procura para as pastas econômicas. Um conselho monetário ampliado, com os ministros da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento juntos, ao lado do presidente do BC, é o caminho.